

## Contextos, personagens e idéias: Thomas Pompeu de Souza Brasil e Elysio de Carvalho.

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim<sup>1</sup>.  
Manoel Fernandes de Sousa Neto<sup>2</sup>.

### 1. Para além da geografia institucional.

No Brasil, os anos de 1870-1930 assinalam uma antecâmara à modernização do país; processo relacionado, como se sabe, a um compromisso das elites nacionais e regionais – sobretudo, paulistas, ligadas ao complexo cafeeiro<sup>3</sup> – em torno de um projeto de modernização (econômica, política, social e cultural) da nação, o qual, já se havia insinuado em fins do século XIX, e terá seu apogeu entre o final da 1ª Guerra e o fim do Estado Novo. Exatamente nesta virada do século vêm à tona projetos envolvendo, em variados espectros, uma gama respeitável de ensaístas, escritores etc., dentre os quais, estão os nomes (como “personagens”) de Thomas Pompeu de Souza Brasil e Elysio de Carvalho, cujas idéias e seus contextos de elaboração são o objetivo da presente proposta. Ambos, nesse processo de início da modernização do Brasil, circularam pelos meios intelectuais e “pré-institucionais” à maneira comum ao seu tempo: autodidatas, engajaram-se em órgãos representativos de “saberes geográficos” do período, respectivamente, na seção cearense do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e na SGRJ (Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro).

Ora, se a formação de “geógrafos profissionais” – e a própria geografia como tal – identifica-se, para diversos autores, com seu processo de institucionalização, criado segundo modelos acadêmicos europeus<sup>4</sup>, formou-se, entretanto, conforme anota Lia O. Machado<sup>5</sup>, um corpo de reflexões geográficas anterior, sem haver, rigorosamente, “geógrafos”, sendo emblemático o caso do IHGB, que, fundado em 1838, teria surgido,

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo [albuquerquebomfim@cefetsp.br](mailto:albuquerquebomfim@cefetsp.br).

<sup>2</sup> Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo [manoelfernandes@usp.br](mailto:manoelfernandes@usp.br).

<sup>3</sup> Conforme adverte Wilson Cano [Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929. In DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1997, p.235-254], mais que uma monocultura cafeeira latifundiária, o “complexo cafeeiro” constituía uma economia bem mais diversificada, na qual, se o café era a “atividade núcleo”, exatamente por isso demandou toda uma base material e financeira e uma superestrutura, na qual a intervenção estatal – inclusive nos rumos da política – tornava-se muito mais pronunciada. O “complexo” era, ele próprio, a economia capitalista de fundo agro-exportador, com todas as suas diversidades e contradições.

<sup>4</sup> Dentre eles: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: USP, Instituto de Geografia, 1980; SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia: geografia e ideologia**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>5</sup> MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e idéias de ordem (1870-1930). In CASTRO, Iná Elias de, *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.309-352.

de acordo com Capel<sup>6</sup>, antes mesmo da maioria das sociedades geográficas europeias<sup>7</sup>. Fundada em 1883, a SGRJ surge num momento de crise do Império, consoante à crescente inserção do Brasil na economia mundial, sendo marcada, ideologicamente, pelo rechaço ao passado-presente (escravista), buscando, pois, por um rápido enquadramento do país nos moldes “civilizados”, progressistas, das nações industrializadas<sup>8</sup>.

Assim, tendo a perspectiva de contribuição das sociedades geográficas como “espaços institucionais alternativos”<sup>9</sup>, é premente destacar pensamentos e idéias de “personagens” os quais trafegaram, muitas vezes, na busca de interpretações sobre o Brasil, pelas mais variadas leituras – de geógrafos de inegável matiz colonialista, a historiadores supostamente “anarquistas”; de escritores a autores oriundos – já naquela época – dos meios militares<sup>10</sup>. Certamente, *a leitura política das obras do pensamento geográfico* contribuirá para entender os projetos de nação propostos e rastrear as obras e autores da geografia “institucionalizada” (obviamente, no contexto europeu), interpretando, inclusive, de que maneira tal referencial foi filtrado na “periferia”<sup>11</sup>, onde o discurso geográfico, posto como formulação *progressista regional*, possibilitou um processo de transferência teórica no qual se transitou entre várias *geografias*, assimilando-se idéias as mais antagônicas entre si em seus contextos originais<sup>12</sup> (ESCOLAR, 1996, p.74).

---

<sup>6</sup> Ainda que fundada em 1821, a Sociedade Geográfica de Paris teve uma vida bastante discreta, com uma produção modesta, até a primeira metade do século XIX. Essa situação somente mudará à medida que a geografia se engajará dia a dia com os desígnios colonialistas. CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. In **Geocrítica**. Barcelona: Universidad de Barcelona, marzo 1977, nº 8, p.20-24.

<sup>7</sup> De acordo com Sérgio N. Pereira [Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, julho/dezembro de 2005, vol. 3 nº 2, p.113], o IHGB cumpriu uma função bem específica: a de *forjar* uma “identidade” a um Estado bastante recente. Se essa identidade era historicamente frágil, não se deveria buscá-la no passado, mas na “geografia”, ou seja, no *espaço*; o que justificou o compromisso de manutenção da coesão territorial do país, ainda mais quando havia como exemplo *negativo* a fragmentação do antigo território da América espanhola (MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002).

<sup>8</sup> PEREIRA, Sergio Nunes. Obsesiones geográficas en el Brasil del siglo XIX: la labor de la *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. In BERDOULAY, Vincent; MENDOZA VARGAS, Héctor (org.). **Unidad y diversidad del pensamiento geográfico en el mundo. Retos y perspectivas**. México: UNAM; INEGI; UGI, 2003, p.178-181.

<sup>9</sup> PEREIRA, 2003, op. cit., p.182.

<sup>10</sup> Ver, por exemplo: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

<sup>11</sup> O que se quer salientar é a necessidade, como o fazem vários autores [BERDOULAY, Vincent; MENDOZA VARGAS, Héctor (org.). **Unidad y diversidad del pensamiento geográfico en el mundo. Retos y perspectivas**. México: UNAM; INEGI; UGI, 2003; CAPEL, 1981, op. cit.], em ampliar as investigações para outras “geografias”, sobretudo, aquelas fora do ambiente das “grandes escolas nacionais” (anglo-saxônica, francesa, alemã, russa etc.).

<sup>12</sup> ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.74.

### 3. Thomas Pompeu de Sousa Brasil e a intelectualidade política cearense.

À frente dos que comandam um projeto para as elites no Ceará, e em decorrência do Brasil, cabe ressaltar o nome do filho do Senador Pompeu<sup>13</sup>: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929), que, como primeiro industrial têxtil, dono da Fábrica Progresso, impulsionou, juntamente com seus pares, um processo de *independência dentro da dependência*<sup>14</sup> para o *desenvolvimento da província*. O que o fez ser, não ao acaso, fundador e presidente da primeira Associação de Donos de Indústria do Ceará, bem como presidente da Associação Comercial entre 1898 e 1904, além de presidente do primeiro Banco do Ceará. Afora essas qualidades, *o monarquista e positivista*, Thomaz Pompeu participou da fundação, na década de 1870, da **Academia** Francesa do Ceará e do jornal *Fraternidade*<sup>15</sup>, responsáveis por disseminar as idéias do positivismo na província cearense e em torno delas aglutinar uma elite de intelectuais liberais.

Essas elites intelectuais, importa sublinhar, desempenharam papel fundamental na construção de uma nova ordem urbana. Assinaladas pela racionalidade cientificista em voga na Europa, formaram instituições de saber, compartilharam dos mesmos anseios civilizatórios das classes dominantes, e colaboraram estreitamente com o Estado ao conferir a competência técnica que o poder então carecia (PONTES, 1993, 15).

Thomaz Pompeu foi o principal continuador das obras do pai, por intermédio do mesmo instrumental utilizado pelo Senador Pompeu: a ciência geográfica e o conhecimento da máquina estatal. O filho, educado para o positivismo, foi mais longe no que concerne à ação do conhecimento sobre a realidade.

Sem Thomaz Pompeu, muitas das diversas transformações ocorridas na Província do Ceará, não teriam acontecido ainda à sua época. Dentre elas a fundação de uma instituição de ensino superior, a Faculdade de Direito Livre do Ceará em 1909, além da urbanização e do esquadramento da cidade de Fortaleza nos moldes

---

<sup>13</sup> SOUSA NETO, Manoel Fernandes. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil**. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da USP, 1997.

<sup>14</sup> “De uma forma um tanto intuitiva designaremos o período de instalação e consolidação do parque industrial têxtil como o da independência dentro da dependência. Com isto queremos enfatizar que, à época da divisão internacional do trabalho calcada em produtos agrícolas x produtos manufaturados, o próprio impulso do mercado internacional conduziu, de forma indireta, o investimento têxtil neste Estado. Ironicamente, sua ruína é fruto de uma política de desenvolvimento que se autodenomina de nacional e autônoma” [ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A Trajetória da Indústria Têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem (1880-1950)**. Coleção Estudos Históricos 2, NUDOC. Fortaleza: UFC/STYLUS, 1989, p.105].

<sup>15</sup> Raimundo Girão é de opinião que a vida intelectual cearense se inicia em 1845, com o Senador Pompeu, que sistematizou em seus livros os estudos de Geografia, História e Estatística, dando lições de política e pedagogia através do jornal *Cearense*, do seu partido, sendo, ainda, diretor do Liceu e da Instrução Pública da Província. Talvez a vida intelectual no Ceará só tenha mesmo desabrochado com o movimento filosófico de 1870, que se transformou em 1872 na associação literária e científica denominada Academia Francesa do Ceará. Seus fundadores foram Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, Raimundo Antonio da Rocha Lima, João Capistrano de Abreu, João Lopes Ferreira Filho, Xilderico Araripe de Faria e Antonio José de Melo. (FIUZA, Regina Claudia Pamplona. **O Pão [...] da Padaria Espiritual**. Fortaleza: mimeo, 1992, p.6-15).

franceses, questões que estavam diretamente ligadas ao controle médico-sanitário das populações de baixa renda, que formariam o exército de reserva para a industrialização incipiente da província, como propõe Sebastião Pontes, que foi o nosso personagem um dos “primeiros empresários que adotaram o ‘modelo de fábrica higiênica’ no País”.

Ao que nos parece, as continuidades do Senador Pompeu, encontram em seu filho o intelectual capaz de pensar muitas das questões técnicas relativas à ação do Estado, e a implementação dessas mesmas propostas só é possível pelo controle da máquina provincial, por intermédio do ramo familiar dos Acciolys<sup>16</sup>.

Thomaz Pompeu foi ainda deputado geral entre 1878 e 1886 e um ardoroso defensor da educação técnica no campo, tendo em vista uma formação científica para a agricultura, vista por ele como uma das mais importantes necessidades do País.

Professor de Geografia em diversas instituições cearenses como o Liceu do Ceará, Colégio Militar e Escola Normal, publicou em 1895, a exemplo do pai, o livro Lições de Geografia Geral, obra largamente adotada pelas escolas da província. Coetâneo de figuras como Silvio Romero, teve sua formação em Direito realizada na Faculdade de Direito do Recife e aí bebeu das idéias positivistas, da literatura geográfica alemã e do ideal de progresso. Fundador do IHG Cearense em 1886, Pompeu foi seu segundo presidente, tendo escrito sobre temas como higiene urbana, desenvolvimento técnico com base na industrialização, culturas agrícolas de relevante valor econômico e sobre o problema das secas.

Morto em 1929 teve papel fundamental na consolidação de instituições intelectuais cearenses, sendo ainda o industrial a representar o Ceará na Exposição de Chicago em 1909 e o político que deu importante suporte a uma das mais longevas oligarquias da velha república.

### 3. Elysio de Carvalho, prenúncio a uma geração antiliberal.

A geografia de um povo resume positivamente a sua história, prefigura e amplia os seus destinos com o rigorismo de uma fórmula matemática e é o espelho que reflete as energias psicológicas da nacionalidade. Assim, o verdadeiro progresso político de um Estado pressupõe a adoção do critério geográfico por parte dos criadores de valores sociais, e, no inverso, quando não aparece concordância entre a organização política e a estrutura natural, esse desequilíbrio é fonte de erros funestos.

Elysio de Carvalho, *O fator geográfico na política brasileira.*

---

<sup>16</sup> A oligarquia Acciolina foi uma das mais longevas e poderosas do período conhecido como República Velha (1889-1930), sendo fortemente influente no cenário nacional, com familiares participando de ministérios importantes como o da Viação e Obras Públicas, dirigido por Francisco Sá.

A situação de Alberto Torres como mentor intelectual da geração de críticos à ordem liberal nos moldes da 1ª República é notória<sup>17</sup>. Porém, entre a produção do autor fluminense e os anos em que uma série de autores de perfil autoritário e antiliberal iniciou-se nas letras, há – paralelamente a Oliveira Vianna, cujos primeiros escritos aparecem na virada dos anos de 1910 para os de 1920 – um autor praticamente esquecido: Elysio de Carvalho<sup>18</sup>. No tempo em que Vianna começa uma trajetória que o conduziria a ser o “grande” autor do pensamento autoritário dos anos de 1920, 1930 e mesmo 1940<sup>19</sup>, Carvalho assume uma série de pressupostos os quais, matizados, ganharam força, inclusive, em algumas políticas territoriais oficiais de governos como o Estado Novo, a saber: a crítica ao federalismo, a questão da ocupação dos fundos territoriais brasileiros e, entre outros temas, a conclamação do Estado como agente transformador.

Como afirmado, mesmo sendo Elysio de Carvalho um ensaísta pouco comentado, alguns autores<sup>20</sup> já apontaram o seu “O fator geográfico na política

---

<sup>17</sup> Como escreve Lahuerta (LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização. In DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1997, p.100), o “resgate de Alberto Torres pela geração de Oliveira Vianna cria – à esquerda e à direita – enorme consenso entre a intelectualidade quanto à necessidade de unificação do país, além de radicalizar a perspectiva de que somente o Estado [...] poderia realizar a construção da nação e a modernização da sociedade [...]”. (As formulações de Torres são pormenorizadas por MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p.9).

<sup>18</sup> Elysio de Carvalho nasceu em Penedo-AL, em 29/01/1880, e faleceu em Davoz Platz, Suíça, em 02/11/1925. Sua produção compreende literatura, poesia, criminalística (trabalhou por longo tempo na Polícia do Rio de Janeiro) e ensaio político – na última fase de seus escritos. Segundo seus biógrafos [CHACON, Vamireh. Elysio de Carvalho: do individualismo anárquico ao nacionalismo cultural. In **Obras de Elysio de Carvalho – ensaios**. Brasília: Editora Universa – Universidade Católica de Brasília, 1997, p.43-66; NUNES, Cassiano. Elysio de Carvalho e o espírito do seu tempo. In **Obras de Elysio de Carvalho – ensaios**. Brasília: Editora Universa – Universidade Católica de Brasília, 1997, p.13-41], foi influenciado por Wilde, pelo “anarquismo elitista” de Stirner, por Nietzsche, Zola, Goethe e, num breve período, pelos anos 10, pelo anarquismo de Bakunin, Réclus e Kropotkin. Foi também proprietário do *Editor do Monitor Mercantil* e fundou a *Revista América Brasileira*, para a qual colaboraram, entre outros, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Di Cavalcanti, Mário de Andrade e Pontes de Miranda. No cenário nacional, Graça Aranha exerceria grande influência no pensamento de Elysio. As características gerais de seus escritos reuniriam: o catolicismo, o tom antidemocrático e conservador, o industrialismo, o ruralismo, a lusofilia – e, por outro lado, uma verdadeira aversão à América espanhola. Para Chacon (1997, op. cit., p.58-60), Carvalho anteciparia Gilberto Freyre no elogio à miscigenação e seu livro *A realidade brasileira* seria “verdadeiro eco” de *A organização nacional*, de Alberto Torres. Pode-se citar entre suas obras: *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira* (1907), *Five o'clock* (1909), *Decadência da sociedade brasileira* (1911), *A cilada argentina contra o Brasil* (1917), *Brasil – potência mundial* (1919), *Brava gente* (1921), *O fator geográfico na política brasileira* (1921), *A realidade brasileira* (1922) e *Os bastiões da nacionalidade* (1922).

<sup>19</sup> Para um apanhado das principais proposições de Oliveira Vianna, ver, dentre outros, PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP/Editora 34, 2000.

<sup>20</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. **O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado. Área de Ciência Política. Departamento de Ciências Sociais. FFLCH, USP, 1981; ZUSMAN, Perla B; PEREIRA, Sérgio N. *Entre a Ciência e a Política: um olhar sobre a geografia de*

brasileira” (1921) como o primeiro estudo feito no Brasil à luz da geopolítica<sup>21</sup>. Se não trabalha explicitamente com as teorias geopolíticas de Kjellèn – o primeiro a fazê-lo por aqui seria Everardo Backheuser –, o caráter de estudo dentro desta classificação caberia a Elysio pela fundamentação que busca nas teorias da geografia política de Ratzel para esboçar um modelo muito particular de análise da realidade nacional, em que há um peso central da geografia, conectado ao intervencionismo da práxis política – mais uma vez a cargo do Estado<sup>22</sup>. A ligação entre o *homem* e a *terra* deveria ser de interesse de nossos estadistas e políticos, pois da geografia (entendida pelo autor na acepção de quadro natural) dependeria a atuação do Estado – e inclusive as circunstâncias históricas da formação nacional; do conhecimento geográfico do país adviria a revelação – bem ao gosto do jargão da época – do “país real”. Entrementes, a doutrina da *geografia política* é que daria os subsídios para o elo entre o homem e a terra: Para Carvalho<sup>23</sup>, tal doutrina seria a “mais sólida base da concepção do Estado moderno”, estando presente nas formulações de Napoleão, no “espírito territorial” de Ratzel, Ritter, Michelet, etc. Conforme seu entendimento, a importância deste *espírito territorial* seria suficientemente explicitada na medida em que fora incorporado pelas principais teorizações entre Estado e território formuladas pelo direito<sup>24</sup>. Se a geografia seria o “fundamento da política”, cumpriria indicar o sentido exato da expressão fator geográfico, a qual, para o autor, fora dada menos pelo geógrafo alemão que por Buckle, autor que, em sua *História da civilização na Inglaterra*, lançava – ainda que sem as preocupações com nomenclaturas, as quais depois seriam consolidadas pela *geografia política* – os passos fundamentais para a sócio-geografia (a aplicação do fator geográfico à política)<sup>25</sup>, ao “examinar as influências exercidas pelas leis físicas sobre o

---

Delgado de Carvalho. In **Terra Brasilis** (Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil). Rio de Janeiro: Ano I, janeiro/junho de 2000, nº 1, p.52-82.

<sup>21</sup> O texto de Carvalho foi escrito para sua posse em 22/06/1921 na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> Seria precisamente esta vinculação da intenção de prática política às formulações de Ratzel o que, para nós, legitimaria a classificação do ensaio de Elysio de Carvalho como texto geopolítico. Quase contemporâneos a ele, nomes como Oliveira Vianna e Roquette-Pinto também fariam referências ao geógrafo alemão.

<sup>23</sup> CARVALHO, Elysio de. **O fator geográfico na política brasileira**. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1921, p.10-13.

<sup>24</sup> Carvalho (1921, op. cit., p.12) considera que “O aparecimento [...] da obra de Frederico Ratzel, *O mar como fonte de grandeza das nações*, impressionou tão profundamente a opinião pública alemã, fazendo-a apoiar a política naval do imperador Guilherme, que é apontada como um dos antecedentes ideológicos da guerra européia”.

<sup>25</sup> Em outra de suas obras, o autor apresenta seu enfoque específico em ciências sociais, a sócio-geografia, como ramo referente “às conexões e relações em que se encontram os dois fatores de toda cultura – o Homem e a Terra” (CARVALHO, Elysio de. **Os bastiões da nacionalidade**. Rio de Janeiro; Lisboa; Porto: Anuario do Brasil; Seara Nova; Renascença Portuguesa, 1922, p.84).

caráter dos indivíduos e sobre a organização da sociedade”<sup>26</sup>.

Como sugerido, não apenas se entende não haver grandes mudanças entre a obra de Buckle e a daqueles considerados como formuladores da geografia moderna – no caso, fazendo menção a Ritter e Ratzel – como se refuta a pecha de “determinismo absurdo” imputada ao historiador inglês. A ciência geográfica depende, para Elysio, da associação entre a Terra e o Homem, e estes dois fatores são “compensativos”. Assim, “No mesmo meio, uma raça diferente produzirá necessariamente diferente resultado”, o que para o autor<sup>27</sup> não ocorre em se admitindo um “determinismo absoluto”. Tendo cada civilização a sua particularidade, ainda que habitando várias raças um mesmo meio, o passo decisivo da teoria de Carvalho será definir o *fator geográfico*, no caso, de um país, enquanto estudo de seu meio físico: “a constituição geológica, a natureza do solo, a propriedade e a capacidade de produção, o clima”, etc.; para, a seguir, “estudar as induções de ordem social e política” (o que o autor denomina “indução sócio-geográficas”), em um espectro que deve, para estar inserido no quadro da “ciência geográfica”, abarcar da “geografia política” à “geografia matemática”<sup>28</sup>. Nestes esboços teóricos do autor, um fato é de extrema importância para entender por que se dá tamanho peso aos fatores de ordem natural: são eles perenes, ao contrário dos fatos humanos – sociais, políticos e econômicos. Destarte,

Não são as culturas diferentes, nem os vários regimes econômicos que hão de instituir um senso territorial diverso [ao Brasil], quando essas condições têm de ceder à força de vínculos muito mais poderosos. E esses laços são [...] resultantes de outros fatores mais fortes e gerais que asseguram a nossa unidade<sup>29</sup>.

Dadas tais premissas, intenta-se justificar, através da análise acerca dos fatores geográficos brasileiros, a unidade natural do país, que já teria sido explicitada no texto de Reclus *O homem e a terra*. Mais que uma unidade, a uniformidade brasileira seria mesmo singular, inigualável se comparada a qualquer outra nação sul-americana. Conforme Carvalho<sup>30</sup>, “há de se ver que de toda a América do Sul é o nosso território o melhor caracterizado como natureza ou meio físico geral, e a tal ponto que poderíamos ser tomados como tipo visto à luz da antropogeografia”.

Atente-se, contudo, que essa uniformidade, apesar de todos os detalhes

---

<sup>26</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.15.

<sup>27</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.15-16.

<sup>28</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.17.

<sup>29</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.52.

<sup>30</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.21.

climatológicos, geológicos e geomorfológicos que são arrolados<sup>31</sup>, é dada pelos *limites naturais brasileiros* – delineados pelas Bacias Amazônica e do Prata e pela muralha dos Andes. Tal argumentação, rememorando inegavelmente as teses sobre a Ilha-Brasil, antecipava ainda, o papel estratégico – portanto, de tom geopolítico – destes limites que, só para citar um autor, Mário Travassos trabalhará nos anos de 1930.

Vejam os a questão mais de perto: o Brasil teria seu território limitado “pelos dois maiores rios da América Meridional”, abrigando parte das áreas das Bacias Amazônica e Platina (além da bacia “secundária” do rio S. Francisco, inteiramente nacional). Da Bacia Platina, o Brasil possuiria amplas seções das sub-bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Desta maneira, através desta grande rede hidrográfica formava-se um “sistema de rios interiores” único no mundo, cujo potencial para a navegação fluvial, se de fato aproveitado, viabilizaria uma comunicação conjugada com quase todos os países da América do Sul. Elysio de Carvalho propunha uma conjugação do Brasil com todo o continente pelo transporte fluvial de forma ambiciosa: completar-se-ia a circunferência da unidade natural do Brasil (com base em uma idéia de Ferdinand Denis e seu livro *Brésil*) com uma ligação entre o rio Madeira (na Bacia Amazônica) e o Paraguai, um canal de navegação, através do qual “estaria aberta uma navegação interior ininterrupta entre a embocadura do Oceano e a do Rio da Prata<sup>32</sup>. Contudo, não seria esta a única forma de conjugação, de *coesão interna* dada pela *natureza*: através da Bacia Amazônica o Brasil teria um pleno potencial de comunicação com o Mar do Caribe (pela Venezuela) e com a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia (logo, subentende-se que com o Pacífico). Também, pelos rios da Bacia Amazônica (Xingu e Tocantins) poder-se-ia atingir a Bacia do S. Francisco e daí com facilidade as cabeceiras do Paraná e, mais uma vez, unir, para falar com Travassos, os dois pontos de antagonismo do continente: o Amazonas e a embocadura do Rio da Prata<sup>33</sup>.

Estes seriam os fatores geográficos brasileiros. A natureza exuberante, repleta de pompa, dera todas as condições para que, por meio da ação política, o Brasil chegasse ao patamar sonhado por Elysio. Devido apenas ao desconhecimento de tais fatores geográficos é que o país ainda não se vira totalmente integrado e alçado à condição de

---

<sup>31</sup> Citam-se como fontes para o levantamento do quadro físico brasileiro os seguintes autores: Buckle, Rocha Pombo (*História do Brasil*), Hartt (*Journal of the American Society of New York*), Wappoeus (*A geografia física do Brasil*), Ferdinand Denis (*Brésil*) e Badariotti (*Exploração do norte de Mato Grosso*).

<sup>32</sup> Como Carvalho (1921, op. cit., p.41) escreve, estaria completada a profecia de Humboldt sobre a Amazônia, pois teria escrito o autor alemão: “É ali, que mais cedo ou mais tarde se há de concentrar um dia a civilização do globo”.

<sup>33</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.40-42.



potência sul-americana. Conclui-se, portanto, pela unidade territorial do Brasil. O próprio autor sintetiza a questão.

A linha marítima do Atlântico, a nossa estrutura orográfica, e a ação das duas grandes bacias fluviais, principalmente a do Amazonas, asseguram uma particularidade de que decorre fortemente a vinculação política de todo o território<sup>34</sup>.

A atenção às induções sócio-geográficas põe-se como fundamental para qualquer programa político verdadeiramente nacional, afastado do regionalismo. Dentro deste escopo, uma das primeiras induções sócio-geográficas é, na crítica ao espírito regionalista, a reivindicação do modelo Unitário para o ordenamento estatal brasileiro. Para o autor, quaisquer “vantagens” apresentadas pelo federalismo são anuladas pela “própria natureza” do sistema de alimentar o regionalismo. Além do mais, o desequilíbrio econômico entre as unidades federativas, na prática, desvirtua o ordenamento. É preciso notar que em seu ataque ao federalismo o autor em foco termina por associá-lo necessariamente à democracia. Tal qual escreve,

Nas democracias, os laços federativos tendem sempre [...] a afrouxar-se, até desaparecerem; ou então [...] vão-se apertando até que se extingam as condições federativas; [o que acontece por um] erro de origem [...] a que se expõem todas as federações: ou caem na dissolução e no desmembramento; ou desandam para a unidade política fundada na astúcia ou na força<sup>35</sup>.

Posto o problema da governabilidade do país, cujo modelo devia ser basicamente construído sobre um alicerce antidemocrático e centralizado, há a seguir, a enumeração de um programa que fizesse completar o *Estado*. A própria “fórmula do destino brasileiro” já revela o teor deste programa nacionalista: tal qual Carvalho afirma, uma fórmula concebida num “aforismo euclidiano”, *rumo aos sertões*<sup>36</sup>. O programa de Elysio tem influência marcante de três autores: Graça Aranha, Euclides de Cunha, e Alberto Torres. O autor toma do primeiro as concepções da “metafísica brasileira”, que é sintetizada num conjunto que compreende raça, meio físico, estado social, religião e ‘continuidade histórica’<sup>37</sup>. Mas, e certos aspectos de nossa história combinado aos “fatores geográficos”, no sentido de reforçar a unidade nacional? Ora, conforme pensa o autor, à homogeneidade física desta *unidade nacional* soma-se a unidade do Brasil enquanto *Nação*. Cabe, pois, investigar essa unidade, a começar pelo seu caráter singular na América Latina: o “fenômeno da nossa integridade territorial”<sup>38</sup>.

---

<sup>34</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.51.

<sup>35</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.54. Assim, a uma unidade territorial do Brasil, dada pela natureza, deve corresponder uma unidade política necessária à centralização.

<sup>36</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.63.

<sup>37</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.183.

<sup>38</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.46.

Esta coesão seria “admirável” na compreensão de Elysio, haja vista que o Brasil teria se mantido unido mesmo sem a interferência de Portugal. Sendo assim, a unidade brasileira seria justificada (para além dos fatores geográficos) por um “nexo moral”, dado principalmente pela uniformidade de língua, de religião e de tradições herdadas dos portugueses. Para Elysio, este *nexo* já é reconhecido “desde o início da colonização”, mas ganha corpo na luta contra os invasores franceses e holandeses. À frente destes últimos ficaria evidente “o sentimento de que já éramos povo, e povo digno de assumir o seu papel no convívio internacional, porque nos sentíamos capazes de afirmar pelas armas a nossa existência política”<sup>39</sup>. Se este *sentimento nacional* estava presente desde o século XVI, ele apenas é alimentado nos séculos seguintes, e neste sentido os acontecimentos de 1822 apenas serão o reconhecimento formal de uma independência anteriormente efetuada<sup>40</sup>.

Mas o nexo moral estaria caracterizado também pela particularidade do povo brasileiro; povo resultante, nas palavras de Graça Aranha do encontro de três raças, um “tipo novo”, para cuja constituição contribuíram duas influências decisivas, a do português e a do “meio físico em que se [desenvolveu] esta transplantação da alma latina”<sup>41</sup>. Carvalho, concordando com o autor de *Canaã* e com teóricos racistas do século XIX, notadamente Lapouge, no sentido segundo o qual a “raça” seria fator dominante no destino dos povos, conclui – contraditoriamente – que, não obstante a miscigenação racial (reprovável, aos olhos das teorias racistas), o povo brasileiro seria menos uma “mistura” que uma “síntese étnica”, na qual predominariam traços do português, aclimatado ao novo mundo, e que estaria convivendo à época em que o autor escreve com o crescimento dos brancos – via imigração – e com o declínio das “raças subalternas” – no que se referiria às suas porções não sintetizadas, não misturadas à nova etnia<sup>42</sup>.

Conforme destacado, o peso maior, nesta “síntese racial”, era, contudo, creditado aos portugueses. Carvalho<sup>43</sup> condena abertamente o nacionalismo anti-lusitano: nossas tradições nos ligariam a Portugal, e qualquer projeto verdadeiramente nacionalista

---

<sup>39</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.15.

<sup>40</sup> Retórica conhecida, o Brasil é identificado à terra e à natureza, *fontes do sentimento nacional*. Elysio insiste nessa formação a partir de um dado supostamente unificador: a reação contra a presença holandesa em Pernambuco. Note-se nesse ponto com a construção da nacionalidade se faz não a partir de São Paulo, mas do Nordeste, terra do autor. Porém, São Paulo guardava uma virtude: modelo americano de conquista do solo e organização do Estado, desde as bandeiras até a epopéia do café, então, plenamente vivenciada pela sua geração.

<sup>41</sup> Graça Aranha, *apud* CARVALHO, 1922, op. cit., p.28.

<sup>42</sup> Em suma, o autor em questão (CARVALHO, 1922, op. cit., p.91) trabalha com a noção – bem ligada a Ratzel (ver CAPEL, 1981, op. cit., p.278-293) – segundo a qual, num mesmo “meio”, *raças diferentes apresentam resultados diferentes*.

<sup>43</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.30-37.

deveria realçar esta contigüidade com a Península Ibérica<sup>44</sup> – o que, segundo o autor, fora já sublinhado por Alberto Torres. E é exatamente deste último autor e de Euclides da Cunha que Elysio de Carvalho toma várias das metas de seu *nacionalismo político*.

Uma das temáticas tocaria na necessidade de vias comunicação para o território brasileiro. Faltava ao país uma rede capaz de realmente integrá-lo, o que deveria ser feito combinando a navegação fluvial à ferrovia. Esta última apareceria como “a maior anomalia brasileira”, com seus parcos 28 000 km – dos quais vinte mil localizados no sul do país<sup>45</sup>. A imprudência da política nacional deixava ainda, em pleno século XX, estados como Mato Grosso, Goiás e o oeste de Minas Gerais isolados do mundo. Carvalho cita a comparação que em *À margem da história* Euclides da Cunha faz entre a rede de transportes norte-americana e a nacional<sup>46</sup>. O fator geográfico norte-americano, com a grande bacia hidrográfica do Mississipi cortando o território no sentido norte-sul, teria sido engenhosamente conectado a um sistema ferroviário de cerca de 382 000 km de trilhos, muitos dos quais ligando o Pacífico ao Atlântico. A mesma providência de buscar uma conexão territorial por meio das ferrovias fora adotada no Canadá e na então recente URSS. Passando à análise específica do caso brasileiro, Carvalho mostra (novamente com base no texto de Euclides da Cunha) a pertinência de suas reivindicações através do exemplo paulista: a rede ferroviária desse estado seria a única no Brasil a ligar o litoral ao interior e isto fora fundamental para a posição econômica alcançada por São Paulo. Em oposição, no resto do país, ao invés de voltarem-se ao ocidente, as ferrovias seriam todas paralelas ao litoral, “como se a viação pudesse concorrer com a navegação”<sup>47</sup>. Na síntese do autor,

Tudo [...] no nosso habitat, nos está indicando que a nossa grandeza econômica depende apenas de associarmos, por um sistema de viação em que entrem os nossos rios, a navegação costeira e os grandes caminhos para o sertão. É o que decorre dos nossos elementos de riqueza, das particularidades da nossa rede potamográfica, e da própria configuração do nosso solo. No dia em que à nossa política não forem estranhas as induções que se podem tirar da nossa fisiografia geral, o Brasil será a primeira nação do continente. Invadindo decisivamente o hinterland, é claro que a nossa própria característica nacional há de fixar-se melhor e definitivamente<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Oliveira [OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Questão nacional na Primeira República. In DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1997, p.187] lembra que, principalmente no início do período republicano, opuseram-se duas visões nacionalistas: uma, anti-lusitana, vendo a República como “ruptura necessária” com o passado português, outra, que valorizava o passado colonial e as tradições ibéricas.

<sup>45</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.146-147.

<sup>46</sup> Sobre a geografia no pensamento de Euclides da Cunha ver: BROMBERG, Patrícia. **O discurso geográfico na obra de Euclides da Cunha**. São Paulo: Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia. FFLCH, USP, 1994.

<sup>47</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.59-60.

<sup>48</sup> CARVALHO, 1921, op. cit., p.61.

De acordo com Elysio, o caminho rumo aos sertões estava indicado no ideário de E. da Cunha, de Alberto Torres e de Alberto Rangel (em *Rumos e perspectivas*)<sup>49</sup>. Em termos econômicos, a integração nacional deveria ser dada por dois caminhos: o primeiro seria pelo incremento da produção agrícola. Dela dependeria o futuro do país: potencial para tanto não lhe faltaria, com “terras em todos os climas”, mas com um espaço econômico muito mal aproveitado. Não mais que dez ou doze mil hectares estariam sendo lavrados e de fato utilizados pela agricultura no Brasil. Observe-se que nem mesmo o fato de a economia brasileira ser à época calcada no sistema agro-exportador cafeeiro seria indicativo de solidez. Além de geograficamente restrita a S. Paulo, à agricultura então praticada faltava, por exemplo, mecanização e instrução técnica para o trabalhador. Outro fato importante seria quanto à capacidade que teria a agricultura em atrair a construção de vias férreas – o que se poderia atestar no caso paulista. Advogava-se, pois, uma reforma econômica muito calcada, é verdade, na agricultura, de cujo aumento da produção dependia o *futuro do país*, mas num programa não exclusivamente agrarista. Há ao lado da defesa da agricultura (com o máximo de produtividade e com a maior expansão geográfica possível) uma necessidade imperativa de defesa da indústria e sua desconcentração das regiões marítimas. A chave para a resolução dos problemas econômicos brasileiros passava pela siderurgia: seria “impossível [...] conceber-se o progresso de um país livre da influência irresistível” da indústria pesada. A “civilização” giraria em torno “dos campos ferríferos e das minas de carvão”. Finalmente, o modelo econômico em pauta privilegiaria, paralelamente ao incremento do mercado interno, a inserção do Brasil na economia mundial como potência industrial e agrícola, que seria muito mais vigorosa que num modelo exclusivamente agro-exportador. Conforme entende o autor, a importância desta abertura econômica pode ser resumida na máxima segundo a qual *Importar é sinal de riqueza, mas exportar muito e mais é índice de força expansionista e de poder*<sup>50</sup>.

No intuito de dinamizar a economia nacional, há uma intenção inequívoca de alçar o Brasil à condição de potência sul-americana. Ao falar sobre a necessidade de expansão das atividades rurais pelo país, o autor deixa claro que, por exemplo, na pecuária poder-se-ia competir *vantajosamente com a Argentina*. Mas ilusório seria crer que esta competição se restringiria a apenas um setor da economia. Muito mais que isso, em seu discurso emerge todo um tom de clara oposição frente à América Espanhola. Ou melhor: Elysio considera que do lado das repúblicas de origem hispânica sempre o

---

<sup>49</sup> Carvalho (1921, op. cit., p.67) faz o elogio à obra de integração nacional que estaria sendo empreendida na época por Rondon, comparando-a ao papel das antigas bandeiras paulistas.

<sup>50</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.146.

Brasil estivera excluído, posto à parte<sup>51</sup>. Nesse antagonismo entre o Brasil e, sobretudo, os vizinhos platinos, surgem interpretações segundo as quais a dimensão territorial brasileira e a Monarquia contribuíram para acentuar diferenças para o autor irreconciliáveis, a ponto de declarar que: “Ainda mais nos assombra a ingenuidade de tanta gente que ainda duvida de que os [...] povos platinos sejam nossos inimigos”<sup>52</sup>.

*Inimigos* que, internamente, não se furtaram jamais de forjar visões deturpadas sobre o Brasil. No Uruguai, Elysio de Carvalho<sup>53</sup> afirma que em *La diplomacia oriental en el Paraguay*, de Alberto Herrera, creditava-se “Todos os males sofridos pelas repúblicas platinas” como obra do Império Brasileiro. E que pelas obras escolares de geografia e história seriam difundidas interpretações como esta e leituras sempre negativas e pejorativas a respeito do Brasil<sup>54</sup>. Por meio de tais textos “se inocula na alma das novas gerações o veneno que as há de alimentar no futuro”.

Deste enfrentamento dos países platinos para com o Brasil, poder-se-ia esperar algo de apocalíptico: dever-se-ia atentar à política argentina que de um momento para outro poderia seccionar o transporte fluvial pelo rio Paraguai em direção ao Mato Grosso. Seria posto um obstáculo, assim, ao contorno da *unidade natural brasileira*. A própria uniformidade dada pelos *fatores geográficos* ao território brasileiro passava na visão de Elysio de Carvalho menos por uma relação amistosa com a Argentina que por um inevitável atrito, por uma disputa sobre as áreas estratégicas do continente. Ora, “rivais em matéria econômica tornam-se facilmente inimigos quando são vizinhos”<sup>55</sup>, e, conforme anunciado por Maitrot (em *A França e as repúblicas sul-americanas*), o cenário de uma possível guerra pela hegemonia continental já estava traçado: pela transposição do rio Uruguai, entre Concepción e Uruguaiana, as tropas argentinas, apoiadas pela boa rede ferroviária aí existente, paralela ao rio, se embrenhariam pelo território nacional, dando o estopim do confronto. Frente a cenário tão sombrio, se justificaria uma atitude sempre agressiva do Brasil, se quisesse erguer-se à condição de *potência*<sup>56</sup>.

#### 4. À guisa de [brevíssima] conclusão?

---

<sup>51</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.343-344.

<sup>52</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.345.

<sup>53</sup> CARVALHO, 1922, p.346-347.

<sup>54</sup> Para citar um exemplo, na *Geografia* de Pedro Martin o Brasil seria dividido em três regiões: “a planície do Amazonas, a meseta do sudoeste e o litoral, onde reina quase constantemente a febre amarela” (*apud* CARVALHO, 1922, p.348).

<sup>55</sup> CARVALHO, 1922, op. cit., p.435.

<sup>56</sup> CARVALHO, 1922, p.435-436.

O estudo de “personagens” da vida política e intelectual de um país de passado colonial é de fundamental relevância para pensar, ainda mais em relação àqueles autores os quais trafegaram à margem do poder, em que sentido a compreensão do Estado territorial, por parte desses “ensaístas”, apontou para aspectos que, de uma forma ou de outra, acabariam incorporados pelo poder oficial, via, por exemplo, planejamento, no tocante a questões como: centralização/descentralização político-administrativa, dotação de infra-estrutura para o território, problemas relacionados à dualidade “meio” e “raça” (tão cara aos autores do período em tela), ocupação do território em perspectiva comparada – “geopolítica” – tanto em relação a países da América do Sul quanto aos Estados Unidos – “modelo” sempre causador de incômodos etc. Elysio de Carvalho e Thomas Pompeu de Souza Brasil acenaram, nos prenúncios da modernização brasileira, com propostas, francamente elitistas, cujas bases, contradições (explícitas e implícitas) e suposições, muitas vezes igualmente anunciaram contornos nítidos dos aspectos modernizantes dos anos que lhes foram subsequentes: a questão de um planejamento para o território, a geopolítica, o ensino da geografia como elemento de fomento do “ideal nacional”, a geopolítica, a defesa de um Estado coeso e centralizado, “forte” etc. Preencher tal lacuna – elencando autores e buscando outros quiçá pouco conhecidos ainda – é um aspecto central para enriquecer a pesquisa em história do pensamento geográfico e, também, entender as formações latino-americanas e, por consequência, as suas possíveis projeções para o futuro.